



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 103ª
(CENTÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a presente sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Iniciamos fazendo um apelo a todos os Deputados que já se encontram na Casa para que venham ao plenário para iniciarmos as votações da pauta de hoje. Pedimos à assessoria deles que façam contato, pois a sessão já está aberta.

Convido o Deputado Bispo Renato, meu companheiro de partido, a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 209 - Suplemento, de 18/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 103ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

– Ata da 42ª Sessão Extraordinária.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*. Mais uma vez fazemos o apelo para que todos os Deputados desçam ao plenário a fim de que iniciemos os nossos trabalhos.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	3



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS – PP		X	
BENÍCIO TAVARES – PMDB		X	X
BISPO RENATO – PR	X		
BRUNELLI – PSC		X	X
CABO PATRÍCIO – PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X		
CHICO LEITE – PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X		
DOUTOR CHARLES – PTB		X	
ÉRIKA KOKAY – PT		X	
EURIDES BRITO – PMDB	X		
GERALDO NAVES – DEM		X	
JAQUELINE RORIZ – PMN		X	
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO TADEU – PT		X	
RAAD MASSOUH – DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE – PDT		X	
ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X		
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA – PR	X		
LEONARDO PRUDENTE – DEM	X		
TOTAL	10	12	02

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

BISPO RENATO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Democrático Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Milton Barbosa, sempre presente nas nossas sessões, Deputado Bispo Renato e Deputado Batista das Cooperativas, que já se fazem presentes no plenário.

Ocupo esta tribuna para trazer uma preocupação. Eu não sou técnico na área, mas ando muito preocupado, Deputado Cabo Patrício, em relação às obras do Distrito Federal.

Este Governo fez muitas obras nesses quase 3 anos de trabalho. É impressionante como em todos os cantos do DF percebem-se obras de infraestrutura, obras pesadas que, inclusive, mexem na parte subterrânea, com máquinas pesadas. No período de chuvas, começamos a ver essas obras ficarem mais lentas. A minha grande preocupação é porque o ano que vem é extremamente tumultuado no ambiente político – é um ano de eleição. Eu tenho me perguntado se grande parte dessas obras tem prazo hábil para serem concluídas. São obras de infraestrutura, obras que mexem no sistema viário da cidade. Neste período de chuva, em todos os cantos do Distrito Federal, percebe-se que o ritmo das obras diminuiu. E como o tempo vem avançando, eu tenho uma preocupação muito grande de entrarmos no ano que vem – um ano eleitoral – e todas essas obras não estarem concluídas.

Digo isso – recebendo agora nossa Líder do PT, Deputada Erika Kokay – porque há várias obras, inclusive na cidade de São Sebastião, que neste momento se encontram paradas. O Parque Ambiental do Bosque, uma luta antiga da nossa comunidade, teve início há cerca de três meses. Estive hoje pela manhã no Parque Ambiental do Bosque e lá não havia nenhuma máquina trabalhando. Já se vão 3 meses de obras! Na DF-463, que dá acesso a São Sebastião, e no bairro Mangueiral, que está sendo construído ao lado, não se vê uma máquina! Os buracos vêm se proliferando em cada canto desta cidade.

Então, como também cabe ao Poder Legislativo a função de fiscalizar, eu estou, neste momento, alertando o Governo do Distrito Federal para um calendário de obras que seja mais enxuto e que tenha condições de ser executado, porque a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

sensação que tenho, neste momento, é que se iniciaram obras demais e há pouco tempo para a conclusão delas.

No Gama, Deputado Wilson Lima, percebe-se que várias obras se iniciaram – foram até alardeadas e comemoradas por nós, conquistadas pelos Parlamentares desta Casa – e hoje estão paradas ou sendo executadas em um ritmo muito lento. O Pró-DF, apenas para citar mais uma obra importante em São Sebastião, está parado ou sendo executado de forma lenta.

Eu venho falar disso não na perspectiva de simplesmente criticar, mas de alertar. O Governo do Distrito Federal precisa, de agora em diante, por conta inclusive do pouco tempo que resta de mandato, acelerar as obras já iniciadas e, talvez, diminuir o número de obras novas, porque as chuvas podem se estender até fevereiro. Este é um período em que é difícil se executar qualquer tipo de obra. Vai ser muito danoso para a população do Distrito Federal se, em grande parte dessas áreas – Planaltina, Ceilândia, EPTG, a tal da Linha Verde — em que foram iniciadas essas obras pesadas, o tempo não for suficiente para a sua conclusão. Não como técnico, mas como cidadão, eu temo isso.

Espero estar errado, Deputado Milton Barbosa, Deputado Reguffe. Espero que a minha análise seja apenas a de um cidadão que não é técnico e que nunca lidou diretamente com obras, mas é uma preocupação que, aonde quer que se vá em Brasília, escuta-se de um morador.

Será que vai dar tempo de concluir essas obras? Será que obras de infraestrutura executadas em período de chuva são bem feitas? É outra dúvida que tenho, porque o asfalto do Distrito Federal se deteriora toda vez que chove. Isso em qualquer lugar de Brasília.

O que se gasta nas operações tapa-buraco é um dinheiro que, se o asfalto fosse bem feito, talvez pudesse ser economizado e investido em outras áreas. E muito disso acontece porque as obras são feitas em períodos inadequados. Época de chuva é, sem dúvida nenhuma, um período inadequado para a execução de obras de infraestrutura, obras necessárias e importantes.

Volto a dizer que espero estar errado, mas vai ser lamentável se, ao término deste mandato, houver uma lista de obras inacabadas por falta de planejamento. Eu acho que é isso que está faltando neste momento. Muitas obras foram iniciadas, nem todas foram concluídas, e o período de chuva vem dificultando a conclusão de obras importantes em todo o Distrito Federal.

Era só este o alerta, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rogério Ulysses, mas, com certeza, o Governo vai acabar. Afinal de contas, o Governo fez um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

planejamento, a população não passa por tantas dificuldades assim no trânsito em nenhuma das áreas.

V.Exa. fez um bom pronunciamento, vamos ver se não é só o tempo. Porque na Saúde e na Educação não se depende do tempo. Não é a situação climática que atrapalha o Governo de terminar, é outra realidade, na verdade.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu creio que esta cidade nunca esteve tão fragilizada com relação a uma política de espetáculo. Uma demonstração muito clara disso é como se está programando os 50 anos de Brasília, em que se busca mais uma vez o espetáculo sobre os escombros da vida. Eu diria, Sr. Presidente, que a cidade nunca esteve tão fragilizada com relação à especulação imobiliária.

Nós temos várias expressões de que esta cidade corre muito risco. Corre muito risco o projeto original de Lúcio Costa, corre muito risco a qualidade de vida e, por que não dizer, a felicidade. Pois quando falamos em qualidade de vida, Deputado Batista das Cooperativas, parece-me que o seu sinônimo mais exato é felicidade.

Creio que os seres humanos vieram para a Terra com o objetivo de serem felizes. Falo isso porque escutava o Deputado Rogério Ulysses falando sobre as questões dos parques. Eu diria que todos os nossos parques correm risco. Há aqui o Noroeste, que se diz um bairro ecológico. Estão destruindo e derrubando ali pequizeiros centenários, a nossa flora, e a nossa fauna foge da especulação que está colocada.

Há várias expressões disso. Há o Parque do Guará, que está com chacareiros fixados que se apropriaram do próprio Parque, que deveria ser bem comum. Há o Parque Canjerana, com um projeto aqui. No Parque Canjerana existem espécies, uma biodiversidade, que provavelmente só existem lá ou em poucos outros locais no Distrito Federal.

O Governo quer diminuir a poligonal e diminuir muito mais do que tem dito. Porque, quando colocamos um mapa em cima do outro, percebemos que o Parque vai para dentro do Lago Paranoá. Como o Lago Paranoá não é parque, a diminuição da poligonal é muito mais intensa do que o Governo apregoou.

Há no Parque de Águas Claras ambiente de exercício público. Os espaços públicos são espaços de construção da condição de sujeitos coletivos, espaços para que as pessoas possam se relacionar como pessoas.

Por isso, cabe a esta Casa, e quero contar com o apoio de todos os Deputados, de todas as Deputadas. Cabe a esta Casa desenvolver um grande movimento em defesa dos nossos parques, do Parque Sucupira, que corre risco com a expansão do Sudoeste.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

A expansão do Sudoeste é absolutamente refutável, até porque ela fere o tombamento original de Brasília. No projeto de Lúcio Costa, são previstas duas áreas como expansão de Brasília. Uma delas é o Noroeste, que seria a última área de expansão. Em verdade, constrói-se um parque ecológico, ou um bairro dito ecológico, destruindo a nossa natureza. A expansão do Sudoeste significa um adensamento, sem que tenhamos estudos de que isso não vá impactar na vida das pessoas que estão lá. Isso significa um ferimento ao tombamento de Brasília. Por quê? Porque, quando Lúcio Costa fala da expansão através do Sudoeste, do projeto original, a expansão é o que já existe, o próprio bairro é a expansão. Está se falando hoje da expansão da expansão. Portanto, está se ferindo o tombamento.

Além disso, nós temos a escala bucólica, tombada, que nos faz uma cidade parque. Brasília é cidade parque. Essa escala bucólica vai estar absolutamente ferida com a expansão do Sudoeste.

Além disso, o que nós temos aqui no Sudoeste é que os novos edifícios vão beirar o Eixo Monumental, afetando, inclusive, como já foi falado, 22 hectares do Parque Sucupira, que tem vegetação de cerrado virgem, ainda virgem, no centro da cidade. O Parque Sucupira, com sua vegetação de cerrado virgem, é a maior expressão de que esta cidade é uma cidade parque, uma cidade jardim.

Mesmo que não houvesse nenhum impedimento quanto ao tombamento, nada que dissesse que esta expansão está atingindo o tombamento, a população do Sudoeste é contrária à expansão que está sendo prevista.

Nós temos ainda que a ambiência, segundo a legislação federal, também está sendo agredida com essa expansão do Sudoeste.

Por isso, eu diria que expandir o Sudoeste atenta contra a qualidade de vida da população, contra a nossa natureza e contra o tombamento. Não há expansão, portanto, do Bairro Sudoeste.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigada, Deputada Erika Kokay.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputada Eurides Brito, Deputada Erika Kokay, Deputado Cabo Patrício, eu esperei para abordar um tema hoje esperando que ele esgotasse tudo aquilo que poderia ser explorado.

Na última sexta-feira, foi sancionada a lei que criou o plano de cargos e salários dos policiais militares e bombeiros militares. Ali se viu, no dia seguinte, verdadeiros comentários de que os policiais militares deviam o plano de carreira a essa ou àquela autoridade, a esse ou àquele cidadão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Eu acho – e acompanhei, porque sou oriundo da segurança pública – que os policiais militares são os verdadeiros protagonistas daquele processo. São eles, juntamente com os bombeiros militares, os verdadeiros responsáveis por aquele plano. Assisti, há muito tempo, principalmente no ano passado, embates fervorosos de Parlamentares que integram ou integravam a tropa. Tanto policiais militares quanto bombeiros militares foram ameaçados de prisão, de demissão, porque reivindicavam aquele plano há mais de 20 anos.

Então, Deputado Cabo Patrício, V.Exa. e o Coronel Dirnei, que está aqui, são integrantes da tropa ou foram, como outros também são. Os senhores são os verdadeiros responsáveis pela implantação daquele plano. Não devem nada a ninguém, a ninguém. Foram vocês que levaram àquele ato solene e sublime no Mané Garrincha, contando com a presença do Presidente da República, do Governador Arruda, da Ministra Dilma, de V.Exa., Deputado Cabo patrício, que foi preso defendendo uma tese de unificação das polícias militares, e também com a presença de outros militares, do Deputado Aylton Gomes, do Deputado Laerte Bessa, do Deputado Rodrigo Rollemberg e do Deputado Alberto Fraga. Cada um na sua posição.

Não podemos negar que, se não houvesse vontade política de viabilizar aquele plano, não teria se chegado àquele momento magistral da carreira militar. Foram exatamente o Presidente Lula e o Governador Arruda. O Governador Arruda mandou o projeto. O Presidente Lula o mandou para os órgãos técnicos e para o Congresso Nacional.

Deixei para falar isso depois. Parabenizo V.Exa. e todos aqueles Parlamentares que participaram da tramitação do projeto. Eu, o Deputado Rôney Nemer, o Deputado Rogério Ulysses, o Deputado Reguffe, a Deputada Eurides Brito, o Deputado Leonardo Prudente, a Deputada Erika Kokay, enfim, todos nós fomos meros torcedores por aquele plano. Contudo, não se pode atribuir a A, B ou C a responsabilidade pelo plano, não. Os verdadeiros responsáveis pelo plano são os policiais militares e os bombeiros militares. Agora, negar a vontade política das autoridades que acabei de mencionar é negar a clareza do sol.

Um grande abraço e parabéns a todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Milton Barbosa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 209 - Suplemento, de 18/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 103ª Sessão Ordinária.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ontem V.Exa. acatou uma solicitação que diz respeito à questão dos conselhos tutelares para que nós pudéssemos apreciar o Projeto de Lei nº 1.425, que já está devidamente negociado com a Líder de Governo, e o requerimento que destaca a questão dos conselheiros tutelares, a fim de que tenhamos tempo hábil. Segundo a orientação do próprio Governo, se o aprovássemos, eles tomariam posse. Nós não queremos imputar a esta Casa a responsabilidade de não estar seguindo a resolução do CDCA.

Peço a V.Exa. a apreciação do Projeto de Lei nº 1.425, com o respectivo requerimento, como primeiro item de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. como já foi feito ontem. Estamos dando continuidade aos Comunicados de Líderes para que possamos ter *quorum* regimental para entrar no processo de votação. No momento estamos no processo de discussão.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito aos Parlamentares que se encontram nos gabinetes da Casa que se dirijam ao plenário para iniciarmos a Ordem do Dia.

O Deputado Bispo Renato chegou. Agora temos *quorum* para entrar no processo de votação.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Ontem eu pedi à assessoria da Casa que fizesse constar da pauta de hoje o PL nº 1.461, de 2009, da ADASA, mas ele não está na pauta. Então, eu gostaria que ele fosse incluído na pauta. Eu não entendi por que isso não ocorreu.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – V.Exa. realmente solicitou ontem à Mesa e a solicitação de V.Exa. foi acatada.

DEPUTADA EURIDES BRITO – O projeto já foi aprovado nas comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Sim, ele já foi aprovado nas comissões para ser apreciado pelo Plenário. Então, solicito à Assessoria de Plenário que o inclua na pauta para que o apreciemos ainda hoje.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Obrigada. O Deputado Leonardo Prudente está pedindo que seja retirado de pauta o item nº 1, porque está sendo construído um substitutivo. S.Exa. acaba de me pedir para eu fazer a solicitação de retirada de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2003, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa. Acato a solicitação de V.Exa. para que ele seja retirado da Ordem do Dia até que seja construído o acordo, a fim de que possa entrar em votação.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Também já poderíamos entrar do item nº 2 em diante. Há um acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Há um acordo de liderança para votação do Projeto de Lei nº 1.425, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que trata da questão dos conselhos tutelares.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sim, ele só está dependendo de um documento para pedir o desdobramento.

Deputada Erika Kokay, já está pronto o documento?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Havendo *quorum* regimental, eu acato a solicitação de V.Exa. e da Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho 2 projetos que tratam da inclusão de 2 eventos no calendário oficial do Distrito Federal, aos quais eu já protocolei emenda nesta Casa.

Portanto, eu gostaria de pedir a V.Exa. que inclua o Projeto de Lei nº 859, de 2008, e o Projeto de Lei nº 1.115, de 2009, na Ordem do Dia de hoje como itens extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Rôney Nemer. Serão incluídos na pauta, como itens extrapauta, o Projeto de Lei nº 859, de 2008, e o Projeto de Lei nº 1.115, de 2009, para serem apreciados.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero retificar a questão da ADASA. Houve uma informação truncada. São os itens nºs 56 e 57, que tratam da aprovação dos nomes dos 2 diretores. Trouxeram-me outro assunto como se fosse este. Mas, ao conferir, eu vi que não era. Peço desculpas ao Sr. Itamar e ao Sr. Marcelo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – V.Exa. já está perdoada, Deputada Eurides Brito, até porque V.Exa. é professora e sabemos...

DEPUTADA EURIDES BRITO – Eu quero fazer jus a quem realmente merece. Já estão na pauta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, minha questão de ordem dirige-se a V.Exa.

Sr. Presidente, V.Exa. acatou meu pedido para que nós apreciássemos, como primeiro item da pauta, o projeto que trata da questão dos conselhos tutelares. Nós temos acordo para votarmos os 2 nomes da ADASA. Portanto, eu gostaria que procedêssemos imediatamente à apreciação do projeto com o referido requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Erika Kokay, o Deputado Wilson Lima já está com o requerimento nas mãos para lê-lo como primeiro item da pauta. Se V.Exa. nos permitir, iniciaremos a votação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Votamos, então, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Item nº 23:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.885, de 2009, de autoria dos Deputados Erika Kokay e Cabo Patrício, que “requer, nos termos dos arts. 145, inciso X, 173 e 174 do Regimento Interno da Câmara Legislativa, destaque para a constituição de projeto em separado, integrado pelo art. 2º e pela alteração do Anexo XX constantes no Projeto de Lei nº 1.425/2009”.

Conforme o art. 174, inciso VI, do Regimento Interno, a votação do destaque para constituir projeto em separado precede à votação da matéria principal. Em razão dessa disposição regimental, eu coloco em discussão e votação o Requerimento nº 1.885, de 2009, que requer a constituição de projeto de lei em separado, integrado pelo art. 2º e pela alteração do Anexo XX constantes do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.425, de 2009.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, é somente para explicar à bancada que o que se está fazendo é para adequar o prazo ao cronograma. Trata-se do problema dos conselhos tutelares. Então, está se destacando de um crédito a questão relativa aos conselhos tutelares, uma vez que temos um prazo para a instituição dos conselhos. É somente para orientar a bancada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado, em turno único, com a presença de 14 Deputados.

Faço a leitura do texto do novo projeto que passará a tramitar.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.473, de autoria do Poder Executivo, que “altera o anexo XX da Lei nº 4.293, de 26 de dezembro de 2008, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2009”.

Faço a leitura da matéria original.

Item nº 22:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.425, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera os anexos IV da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, e XX da Lei nº 4.293, de 26 de dezembro de 2008, que tratam, respectivamente, das Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária para o exercício de 2009”.

Esta presidência informa aos Parlamentares que a matéria não tem parecer e recebeu destaque através do Requerimento nº 1.885, de 2009, dos Deputados Cabo Patrício e Erika Kokay, para a constituição do seu art. 2º em projeto em separado, que tem precedência de votação. O destaque foi votado e aprovado através do Requerimento nº 1.885, de 2009. Informo que, em razão disso, o art. 2º foi extraído do texto original do Projeto de Lei nº 1.425, de 2009.

Portanto, solicito à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que se manifeste sobre a matéria restante.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Srs. Parlamentares, retificando, solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.473, de 2009, número dado ao novo projeto que trata do art. 2º extraído do Projeto de Lei nº 1.425, de 2009.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, relato pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças o Projeto de Lei nº 1.473, de 2009, que “altera o anexo XX da Lei nº 4.293, de 26 de dezembro de 2008, que estima a receita e fixa as despesas do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2009”.

Esse projeto trata dos conselhos tutelares. Nós, em acordo de Lideranças, resolvemos pinçar do projeto maior sobre o Orçamento apenas um artigo que diz respeito ao conselho tutelar para que não venhamos a postergar a votação relativa aos conselhos tutelares. Querendo, então, abreviar esse assunto, sugiro que hoje resolvamos a questão desses conselhos e posteriormente prossigamos com a análise do projeto de lei orçamentária, de reformulação do Orçamento, nas outras questões que não dizem respeito a conselhos tutelares.

Sendo assim, o que estamos aprovando é a alteração do anexo XX da Lei nº 4.293, de 26 de dezembro de 2008, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2009. Isso para dar abrigo financeiro à criação dos novos conselhos tutelares. Se não fizermos isso, não teremos o suporte financeiro para criar os novos conselhos tutelares.

Fica a lei, e propomos a sua aprovação com a seguinte redação:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

“Art. 1º O anexo XX à Lei 4.293, de 26 de dezembro de 2008, fica alterado conforme o anexo a esta Lei.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Com isso – para que aqueles que nos ouvem entendam –, é criado o respaldo financeiro para a criação dos conselhos tutelares já previstos e que estão na Casa em outra mensagem.

Sr. Presidente, encaminhamos pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Parecer pela aprovação da criação dos conselhos tutelares, matéria do Projeto de Lei nº 1.473, que trata do art. 2º extraído do Projeto de Lei nº 1.425. Explico novamente para que os Parlamentares tenham clareza do que está em apreciação.

Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós fechamos um acordo, construído desde a semana passada, conforme compromisso assumido na comissão geral que aqui foi realizada e também na sessão solene de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, para que aprovássemos em tempo hábil o projeto, a fim de que, na próxima segunda-feira, não tenhamos a posse de apenas 10 conselhos tutelares, mas de 33 conselhos tutelares. É isso que está previsto na resolução do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança, e segue recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. As eleições foram feitas para preencher 33 conselhos tutelares. Essa é a demanda das nossas crianças e de nossos adolescentes aqui no Distrito Federal.

Conforme compromisso estabelecido na sessão solene, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, e na comissão geral, de minha iniciativa, realizada na última quinta-feira, conseguimos negociar, pois todos os Parlamentares desta Casa – todos ou praticamente todos são membros da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – acolheram as negociações e o resultado das discussões que foram feitas no Colégio de Líderes.

Portanto, os Parlamentares desta Casa estão desmembrando a previsão tanto na Lei Orçamentária quanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias a fim de que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

tenhamos recursos para a posse de 33 conselhos tutelares. Quero dizer também para cada um e cada uma de vocês que esta Casa vai cumprir a sua função: vai assegurar, no Orçamento e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos para que, na segunda-feira, tenhamos a posse de 33 conselhos tutelares. Esta Casa estará atenta para que a palavra que foi dada aqui pelo Poder Executivo e pela Secretaria de Justiça, na comissão geral, seja uma realidade.

Aqui foi dito que a posse de 33 conselhos tutelares dependia apenas da aprovação do projeto que aqui estava. Nós o desmembramos em requerimento próprio, como falamos anteriormente, para que não caíssemos na necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre os outros itens que constam no projeto original.

Estamos discutindo aqui apenas a estrutura necessária para mais 115 conselheiros, perfazendo um total de 33 conselhos. Sabemos que esta Casa ainda tem outras tarefas, como a de assegurar as condições de funcionamento e de manutenção dos novos conselhos tutelares, inclusive a sede deles, mas, neste exato momento, não podíamos permitir, sob pena de não podermos olhar nos olhos dos nossos meninos e meninas, que esta cidade, com 2 milhões e 500 mil habitantes, tivesse apenas 10 conselhos tutelares. Por isso, Sr. Presidente, estamos aprovando aqui, em consenso e em acordo de Líderes, em consenso de todos os Parlamentares, a estrutura para 33 conselhos tutelares, do ponto de vista da manutenção de pessoal, seja dos próprios conselheiros, seja também da estrutura de pessoal de apoio à existência dos conselhos. Vamos discutir no Orçamento as condições necessárias para o próximo ano de funcionamento e manutenção.

E queríamos, Sr. Presidente, aqui já encerrar a nossa fala com um pedido: que pudéssemos, tão logo apreciemos o que já foi estabelecido no Colégio de Líderes – isto já está amplamente negociado com a Deputada Eurides Brito, e há o acordo dela –, tão logo aprovemos a pauta prevista, encerrar esta sessão, convocar sessão extraordinária e aprovar essa matéria em segundo turno também, assim como a sua redação final, para que ela vá à sanção e seja publicada no dia de amanhã. E que, na segunda-feira, a Secretaria de Justiça tenha em mãos que esta Casa defende crianças e adolescentes e entende que o conselho tutelar é defesa de crianças e de adolescentes. O Poder Executivo tem que fazer a parte dele.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Erika Kokay. Esta Casa tem compromissos com toda a sociedade do Distrito Federal, principalmente o de preservar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Srs. Deputados, conselheiros tutelares, parabéns por esta luta permanente e constante pela garantia da cidadania das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Na sessão solene aqui, assumimos o compromisso diante do promotor do Ministério Público e também do juiz da Vara da Infância e da Juventude de que esta Casa não se furtaria a buscar esses direitos dos novos conselhos tutelares. Parabenizo aqui a Deputada Erika Kokay e a Líder do Governo, Deputada Eurides Brito. Esta Casa, minha gente, funciona com a anuência de todos os Deputados. Ninguém faz nada sozinho aqui. Parabenizo, então, a Deputada Erika Kokay pela sua luta e pela sua defesa. Não posso deixar de falar também da Deputada Eurides Brito, que, por esse acordo, fez com que chegássemos a um consenso.

Concordo com a Deputada em que devemos pedir, sim, daqui a pouco, que se encerre esta sessão, que se abra uma extraordinária, a fim de votarmos a matéria em segundo turno e de que, na segunda-feira, seja publicado no Diário Oficial que todos os 23 conselhos tutelares foram empossados, somando 33 conselhos. Já temos 10; com mais 23, somaremos os 33 conselhos.

Parabéns a todos nós e a vocês também, que estão em luta permanente pelas nossas crianças!

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigada pela sua participação, Deputada Jaqueline Roriz.

Acato a questão de ordem da Deputada Erika Kokay. Assim que votarmos o Projeto de Lei nº 1.473 e também os itens nºs 56 e 57, que tratam da indicação da ADASA, encerraremos esta sessão ordinária e convocaremos sessão extraordinária para votarmos esse projeto em segundo turno e a redação final.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos. V.Exa. tem demonstrado muita maturidade e conhecimento regimental na condução dessas matérias. E, em um tema tão importante como esse, nada mais interessante do que contar com a sensibilidade da Presidência em acatar a solicitação da Deputada Erika Kokay, para que possamos apreciar essa matéria em primeiro e segundo turnos.

Sr. Presidente, pedi para discutir principalmente para parabenizar as Deputadas Jaqueline Roriz, Erika Kokay e Eurides Brito, mulheres que embelezam ainda mais este plenário, por colocarem essa matéria da forma como colocaram. Mas é interessante e causa-me estranheza fazerem eleição para conselheiro tutelar, motivarem as pessoas a se organizar, a participar do pleito, se não existe orçamento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

para a posse delas. O processo já foi iniciado, de certa forma, equivocadamente. Então, o que estamos fazendo aqui, hoje, é a correção dessa falha.

Recebi, há pouco, o telefonema de um dos melhores conselheiros tutelares do Distrito Federal, o Professor Ninam, que, inclusive, está acompanhando esta sessão e pedindo apoio nessa matéria. Eu disse a ele que não há nenhuma dificuldade, pois não se trata de uma questão de um Parlamentar, mas do Poder Legislativo, que estaria corrigindo uma falha providenciada pelo Poder Executivo.

Sr. Presidente, temos ainda mais uma falha a ser corrigida, pois não nos adianta apenas dar posse a esses conselheiros tutelares. Temos que dar condições para eles trabalharem. Lamentavelmente, os conselhos tutelares, da forma como estão estruturados, dependem muito do esforço e do empenho desses heróis, que são os conselheiros tutelares, que usam o próprio carro e, muitas vezes, a própria gasolina. Um jeitinho aqui e acolá em uma administração regional...

Se, de fato, querem implementar uma política de defesa da criança e do adolescente, mais do que dispor recursos orçamentários para a contratação dos conselheiros tutelares, é preciso oferecer condições para que eles possam desempenhar um trabalho em defesa da criança e do adolescente. Importante registrar isso.

Hoje, estamos resolvendo parte do problema. Mas ainda temos muito pela frente, que é oferecer condições dignas para os conselheiros tutelares defenderem os direitos das crianças e dos adolescentes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rogério Ulysses. V.Exa. toda razão. Além de corrigir o problema do quantitativo de conselhos, é claro que a Casa tem a obrigação – no Orçamento, fará isto – de dar condições para que os conselhos tutelares funcionem.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, o que define a prioridade não é o debate apenas, não é o discurso tão-somente, mas o quanto se gasta com a atividade.

Dando uma olhada no Orçamento, notamos que o GDF gastou apenas 4,7% dos recursos destinados aos conselhos tutelares. Dos 2 milhões e 200 mil reais previstos no Orçamento de 2009, foram investidos somente 104 mil reais. Para a manutenção e o funcionamento dos conselhos tutelares, de 1 milhão e 600 mil reais, só se gastaram 26 mil reais, o que representa apenas 1,6% do total autorizado para a ação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Mas, para a implantação dos novos conselhos, esses que, hoje, esta Casa, em um acordo de Líderes, tem proporcionado, foram gastos apenas R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) dos R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais), o que é uma execução orçamentária apenas na casa de 12,5%. Esta Casa está fazendo a sua parte hoje. Qual é a parte? É garantir do ponto de vista legislativo. A Casa não administra! A Casa, por seus Líderes, proporciona os meios, fazendo o modelo legal, criando uma emenda, apontando crédito suplementar, mas tudo é autorizativo. Depende mesmo é da vontade política do Poder Executivo.

O importante é que esta Casa Legislativa está demonstrando hoje que valoriza a criança e o adolescente ao valorizar quem tem por ordem institucional cuidar de nossas crianças e nossos adolescentes. Eu espero que o Poder Executivo honre a sua palavra e faça o efetivo cumprimento, seja do ponto de vista da posse dos conselheiros e da criação e execução dos conselhos, seja do ponto de vista da execução orçamentária. Palavra é palavra! Esta Casa deu a palavra e está cumprindo. A palavra está agora com o Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz questão de levantar esta questão porque estive na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania e lá tive a oportunidade de conviver bem de perto com os conselhos tutelares. A situação de penúria já era algo assim claro, evidente. De lá para cá, lembro-me de que houve um trabalho feito pelo Ministério Público, pela Secretaria de Justiça, pelos conselheiros tutelares e vários outros parceiros no sentido de ampliar a atuação dos conselhos tutelares com a criação de novos conselhos. Posteriormente, esse projeto ficou dormitando no Poder Executivo durante muito tempo. Finalmente, o projeto chega aqui e encontra o apoio da Deputada Jaqueline Roriz, da Deputada Erika Kokay – inclusive S.Exa. participou da elaboração –, da Deputada Eurides Brito.

De repente, recebemos a informação de que o Governo faz uma eleição e, ao mesmo tempo, não faz a previsão de que o resultado da eleição tem de ser implementado. Aqui entre nós, independentemente de qualquer coisa, isso é um erro primário. Não pode acontecer. A Câmara Legislativa tem de fazer o seu papel, tem de dar essas condições e fazer com que os conselheiros eleitos legitimamente, atendendo inclusive ao imperativo legal, possam tomar posse e possam imediatamente começar a trabalhar. E nesse sentido é necessário que possamos oferecer as condições tanto no âmbito administrativo, quanto no âmbito orçamentário.

Fico muito feliz que a Câmara Legislativa adote essa postura. Hoje pela manhã, recebi o telefonema da Deputada Erika Kokay me pedindo para estar presente nesta sessão para que pudéssemos votar essa questão, e eu não poderia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

me furtar, porque S.Exa. conhece bem de perto essa situação. Mesmo o que fizermos neste momento ainda é pouco para que possamos resgatar uma dívida que temos com a sociedade, porque o papel do conselho tutelar é tão primordial que, quem sabe, se dermos ao conselho tutelar as condições necessárias de trabalho, talvez não tenhamos de ficar construindo mais centros de internação de menores infratores e presídios nesta cidade.

Era essa a nossa consideração. Agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, galeria, conselheiros tutelares eleitos. Eu quero endossar as palavras do Deputado Raimundo Ribeiro e de todos que me antecederam, mas principalmente dizer que hoje o Distrito Federal cresceu muito, então há dificuldade até geográfica de atendimento.

Há cidades em que não há um conselheiro que more nelas para saber dos problemas locais. É preciso que todo esse planejamento, Deputado Raimundo Ribeiro, que V.Exa. começou à época da Secretaria e que foi viabilizado com as eleições, seja implementado, porque as crianças e os jovens das cidades precisam de uma atenção, de um cuidado. Hoje há muitas crianças sem escola, sem atendimento, às vezes sendo até violentadas. A implementação desses novos conselhos tutelares vai facilitar muito a reclamação das vítimas, e a presença do Estado, através dos conselheiros, vai coibir toda a prática criminosa contra os jovens e contra as crianças.

Então, eu queria parabenizar todos que estão trabalhando nesta Casa. Tenho certeza de que todos aqui serão favoráveis e o Governo também. Acredito que o Governo tem interesse em implementar porque efetivamente fez a eleição, gerou expectativa, portanto deve implementar. Quem ganha com isso são as crianças, os jovens e a sociedade de maneira geral. Podem contar com o meu apoio. Tenho certeza de que o trabalho de vocês melhorará muito a vida das nossas crianças e dos nossos jovens, que estão se perdendo para o mundo das drogas e das coisas erradas. O trabalho de vocês melhorará o destino desses nossos futuros cidadãos, o futuro do nosso País, da nossa Brasília e do nosso Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Continua em discussão. (Pausa.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou abrir mão da minha discussão ao projeto para que possamos iniciar imediatamente a votação. Os conselheiros estão aguardando desde manhã, visitaram os gabinetes e, em respeito ao trabalho que fazem e à importância que têm para Brasília, quero pedir a V.Exa. que iniciemos imediatamente o processo de votação.

Quero também agradecer, Deputado Cabo Patrício, a V.Exa., ao Deputado Wilson Lima, ao Deputado Raimundo Ribeiro e ao Deputado Milton Barbosa pela parceria e pelo rodízio que estamos fazendo, não só nas atividades da Presidência da Casa, mas também na condução dos trabalhos. V.Exa. tem dado a sua contribuição com muita elegância e com muita competência, assim como o Deputado Wilson Lima. V.Exas. têm ajudado muito o trabalho desta Presidência. Quero publicamente fazer o meu agradecimento a toda Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Leonardo Prudente, mas isso acontece em função da liderança que V.Exa. exerce na Mesa Diretora de forma muito democrática. V.Exa. tem conduzido os trabalhos de forma muito madura e esta Casa tem melhorado sua imagem cada vez mais junto à sociedade do Distrito Federal.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero abordar alguns tópicos.

O primeiro é sobre os conselhos tutelares. Quero dizer que não só estou dando todo o meu apoio ao projeto, mas também tenho um carinho enorme por vocês, porque vários de vocês estão ouvindo e participando do meu programa de rádio, na *Rádio JK*, que começa às 05h55min da manhã e vai até as 7h30min, sempre sugerindo, participando, e nós, do outro lado, auxiliando. Na realidade, sempre estivemos de mãos dadas. É uma luta da qual vocês são vencedores a cada dia que passa. Muitos são voluntários que auxiliam muito o Distrito Federal. Meu muito obrigado. Todos vocês têm todo o meu apoio e o do meu partido, o Democratas.

O segundo ponto é sobre o carro de som que está parado às margens da Câmara Legislativa. Só para lembrar, com muito respeito, aos locutores que lá estão falando que sabemos que vocês apoiam o Deputado Cristiano Araújo, mas pedir voto na Câmara Legislativa em um tempo em que não há eleição no Distrito Federal, fora de época, é perigoso, sabemos disso. “Vote em Cristiano Araújo nas próximas eleições”. Não se deve fazer isso na porta da Câmara Legislativa, até por uma questão de respeito a todos os Deputados que aqui estão. Isso eu falo porque eu penso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Com muito respeito aos meus nobres colegas jornalistas e radialistas, todos vocês, peço que prestem atenção: não é possível que os jornalistas do Distrito Federal ainda não saibam que quem concede título de Cidadão Honorário do Distrito Federal é a Câmara Legislativa. Não é possível que não saibam! Desculpem-me, mas essa é a grande verdade. Publicaram em um jornal que quem concedeu o título ao Sr. Shimon Peres foi o Vice-Governador, e não foi. Quem concedeu foi a Câmara Legislativa. Quando há um passo como esse, quando não dá para criticar, vale a pena ser justo. Tem que dizer que quem concedeu o título foi a Câmara Legislativa do Distrito Federal, e não o Executivo, que não tem nem poder para isso. Quero deixar registrado aqui que houve foi um erro dos jornalistas que publicaram isso. Está aí, para não ter mais erro. Tenho certeza, Sr. Presidente desta Casa, de que esta reportagem não feriu apenas a Presidência, mas sim todos os Deputados porque esse título foi assinado por todos os Parlamentares desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero corroborar com as palavras do Deputado Geraldo Naves. Embora a imprensa tenha tido o desejo de divulgar a ação feita, ela equivocadamente também colocou que o Executivo teria concedido a honraria ao Presidente Shimon Peres. Na verdade, este foi um ato do Poder Legislativo. Apenas a Câmara Legislativa se deslocou, oficialmente, como instituição, para o Centro de Convenções e ali promoveu a solenidade. Então, eu faço minhas as palavras do Deputado Geraldo Naves.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Leonardo Prudente. Nesta Casa, quando se faz qualquer tipo de homenagem ou de atividade, é comum que as autoridades do GDF sejam convidadas e participem, até porque fazem parte das instituições que consolidam a democracia do Distrito Federal.

Continua em discussão.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Cabo Patrício, demais Parlamentares, conselheiros presentes, antes de iniciar a minha intervenção com relação ao projeto, quero lembrar algo semelhante.

Domingo nós fizemos, através da Comissão de Assuntos Sociais, uma audiência pública no Parque da Cidade para tratar das ciclovias. Passaram por lá vários Parlamentares, como o Deputado Chico Leite, a Deputada Erika Kokay, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Deputado Rôney Nemer, enfim. Mas houve uma parte da imprensa que também se esqueceu. Deu toda cobertura ao evento, Deputado Cláudio Abrantes, mas se esqueceu de dizer que ele era realizado pela Câmara Legislativa, pela Comissão de Assuntos Sociais. Mas foi só um esquecimento.

Quero primeiramente convidar todos os conselheiros para a audiência pública, porque na próxima segunda-feira nós iremos realizar, aqui na Câmara Legislativa, uma audiência pública em homenagem aos conselhos e aos conselheiros. Aproveitaremos esta oportunidade para, juntamente com os Deputados Cláudio Abrantes, Milton Barbosa, Cabo Patrício e outros, discutirmos essa questão orçamentária. Deputada Eurides Brito está aqui, que é da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Então, todos estão convidados para que possamos, na segunda-feira, além da homenagem, discutirmos a questão orçamentária para o ano que vem.

Deputada Jaqueline Roriz, que também tem trabalhado nesta questão, Deputada Erika Kokay, Deputado Rogério Ulysses e Chico Leite, que vêm tratando dessas questões, quero aproveitar este momento para dizer que o bom é que a maioria aqui da Casa tem disposição de fortalecer o trabalho dos conselheiros e o papel que eles exercem nas cidades. Todos aqui. Todos, todos! Nós estamos criando um consenso na Casa, esse assunto não pertence ao Parlamentar A, B ou C, mas a todos os Parlamentares que têm compromisso com esse tema, com esse trabalho.

E como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputado Cabo Patrício, a Comissão responsável por este tema, eu quero de novo reforçar o convite e convidar todos os Parlamentares para, na segunda-feira, estarmos aqui discutindo não só esta homenagem, mas também a questão relacionada ao orçamento. Então, será na segunda-feira à tarde, aqui na Câmara Legislativa.

Claro que nesta questão do projeto nós votaremos favorável, pois é isso mesmo que temos que fazer. Eu só quero dizer o seguinte: pode ser que um ou outro Parlamentar não esteja presente, não por discordância, mas porque talvez nem todos os Parlamentares tenham sido comunicados da votação de hoje à tarde. É bom que se diga isso aos conselheiros.

Agora, quero aproveitar este momento para lamentar a atitude do Governo do Distrito Federal com relação às estruturas dos conselhos. Hoje, a maioria dos nossos conselhos não tem estrutura para trabalhar. Não tem estrutura! Então, além de aumentar o número de conselhos e de conselheiros, nós temos que garantir a estrutura. Nós temos que garantir veículos, funcionários, telefones, computadores, carros com gasolina, senão vamos inviabilizar o trabalho dos conselheiros. Muitos conselheiros têm reclamado a todos os Parlamentares que o Governo não tem garantido os recursos e a estrutura necessária para que os conselhos possam trabalhar. Senão, daqui a pouco, teremos um monte de conselhos, um monte de conselheiros com as mãos atadas, porque não há estrutura para trabalhar. O



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Governo tem que garantir a estrutura para que os conselhos possam funcionar de maneira adequada. Quero convidar a todos e a todas para que possamos nos somar neste momento, não só na aprovação deste projeto, porque daqui a pouco ele estará aprovado, mas também na perspectiva de garantir a estrutura necessária para que os conselhos funcionem de maneira correta. Nós temos que garantir isso. Seja no Governo Arruda, seja em qualquer governo. Geralmente os governos não querem que os conselhos funcionem de maneira correta, porque eles funcionando de maneira correta irão mostrar os equívocos das políticas públicas voltadas para as crianças e para os adolescentes.

Neste momento, eu quero dizer que a maior homenagem que podemos prestar, além de aprovarmos este projeto, é garantir que os conselheiros tenham condições de trabalho.

Gostaria de parabenizar a Deputada Jaqueline Roriz, a Deputada Erika Kokay e todos os Parlamentares que se envolveram nas eleições, de maneira direta ou indireta, com a finalidade de garantir um conselho forte. Então, a todos os meus parabéns e o meu muito obrigado. Até segunda-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Paulo Tadeu, obrigado. Com certeza os 24 Parlamentares desta Casa estão compromissados com a questão da criança e do adolescente no Distrito Federal.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, quero saudar todos os nobres pares, a imprensa e os conselheiros que estão aqui nesta batalha. Nesta discussão, Sr. Presidente, gostaria de dizer que me junto a todos aqueles que me antecederam defendendo a questão dos conselhos tutelares no Distrito Federal, sobretudo o aumento destes conselhos.

Gostaria de parabenizar a Casa pela iniciativa, pela maturidade, pela competência em fazer este destaque e votar hoje esta questão que favorecerá em muito os conselhos tutelares. Saliento aqui que o Deputado Paulo Tadeu foi extremamente feliz quando colocou que esta causa, que esta luta dos conselhos tutelares é hoje de todos os Parlamentares. Todos que estão aqui deram a sua contribuição e a sua força. Eu vejo aqui conselheiros eleitos de minha cidade, Planaltina, lutando para que efetivamente consigamos implementar estes novos conselhos. Vocês, sobretudo aqueles que foram candidatos, lutaram muito, até porque tivemos muita dificuldade na campanha, na eleição. Todos aqueles que participaram da eleição do conselho, todos, sabem das dificuldades que tiveram para chegar a esse ponto.

Quero salientar que não só esta Casa está engajada neste assunto, mas também a grande adesão que houve por meio da população em todos os cantos do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Distrito Federal é um fator que deve ser valorizado dentro da eleição dos conselhos tutelares. A população aderiu em massa e votou para os conselheiros tutelares. Isso prova não só que esta Casa de leis dá um passo importante para a implementação dos 33 conselhos tutelares, mas, acima de tudo, que a população do Distrito Federal está ciente da importância desses conselhos, da importância que os senhores e as senhoras terão a partir do próximo mês quando tomarem posse – se Deus quiser, porque acredito que essa luta será vitoriosa. Portanto, a população está atenta e procurando seus direitos. O povo tem direito, sim, de ter os conselhos tutelares implantados na sua plenitude.

Sr. Presidente, meus amigos que estão aqui, tenho certeza de que esse projeto trará ao Distrito Federal, sobretudo às nossas crianças e adolescentes, a possibilidade de ter pessoas capacitadas e competentes para cuidar dessa questão, que é tão importante para toda a sociedade.

Agradeço a todos os que me antecederam – Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Rogério Ulysses, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Rôney Nemer – por essa luta constante, que não se esgota aqui. Como foi dito pelo Deputado Paulo Tadeu e pelo Deputado Raimundo Ribeiro, nós temos que continuar lutando para que os Conselhos sejam implantados e tenham condições de funcionamento dignas para poder exercer bem a função que foi imposta pelas urnas àqueles que foram eleitos.

Parabéns, Sr. Presidente, pela condução; parabéns à nossa Líder, Deputada Eurides Brito, que a cada dia se mostra mais capaz e hábil na condução desse processo para efetivar a implementação dos nossos conselhos tutelares.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Agradeço as palavras do Deputado Cláudio Abrantes.

Registro a presença do Deputado Federal Bispo Rodovalho. Espero que V.Exa. não esteja querendo disputar uma vaga para Distrital, já que esteve ontem na votação do reajuste dos servidores da Administração Direta e hoje está aqui durante a votação relativa aos conselhos tutelares, temas importantes à população do Distrito Federal. Seja sempre muito bem-vindo, pois V.Exa. contribui muito com a sociedade.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu me manifestei há pouco como Relatora e, agora, quero me manifestar como Parlamentar a respeito do tema que está sendo abordado de forma tão positiva por todos os Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Os recém-eleitos dos conselhos tutelares já viram que há uma unanimidade na Casa a respeito dessa questão. Quero dizer que há também uma unanimidade no Poder Executivo. Eu represento a Liderança de Governo e quero dizer que as eleições para os 33 conselhos tutelares foram realizadas para que, eficientemente, de uma forma acertada, de uma forma democrática, fossem instalados todos os conselhos tutelares. Vai ser a função pela qual está lutando, também, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, que já foi conduzida pelo nosso colega Deputado Raimundo Ribeiro e hoje é conduzida pelo nosso colega Deputado Alírio Neto, que já foi Presidente desta Casa. Então, há uma unanimidade de ações.

Quando nós tratamos a respeito de crianças e adolescentes, não há cor partidária e não deve haver interesses paralelos. Deve haver interesse na figura humana. É a construção do homem, é a construção da mulher, a partir do trato que nós damos a essa questão.

Quanto à nossa pressa para votarmos a matéria ainda hoje, devo dizer que o Executivo enviou para cá já há algum tempo, mas nossa pauta estava bloqueada; por isso nós não pudemos votar antes e estamos votando agora. O Poder Executivo cumpriu também a sua parte, como o Legislativo está cumprindo a sua hoje, porque todos estamos unidos neste tema. Quero só dizer-lhes isso porque vocês, nós e a população estamos unidos neste tema.

Eu não sei quantos aqui votaram, mas eu tive a sensação de ser eleitora para o conselho tutelar pela primeira vez. Eu fui votar! Pela primeira vez, fui votar. Votei, estive na fila de votação, senti os problemas de quem estava indo votar – havendo demora, e tendo que voltar para casa –, até porque, na seção onde eu estava, o sistema estava fora do ar, não haviam chegado as urnas. Estava um pouco confuso, mas os cidadãos estavam lá.

Aqui, neste auditório, há pessoas que foram votadas, que têm mandatos. E é muito bonito que, do lado de lá, haja pessoas votadas, que têm mandato. Então, há uma identidade grande entre nós. Quer dizer, vocês são portadores da delegação de uma população. Vocês têm que prestar contas apenas a essa população que os elegeu, assim como, deste lado aqui, há um grupo também de pessoas eleitas por uma população à qual têm que prestar contas. Então, há muita identidade entre a tarefa de vocês e a nossa.

Especialmente no meu caso como professora, eu só queria deixar com vocês o início de um dos meus poemas preferidos, que é de uma poetisa chilena já falecida chamada Gabriela Mistral, cujo título é “Seu Nome é Hoje”. Ela diz assim: “Muitas das coisas de que necessitamos podem esperar. A criança não pode. (...) Seu nome é hoje.” Por isso, nós vamos votar hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou ser muito breve. Eu vou falar apenas sobre a importância do conselho tutelar, que é extrema.

Conforme disseram algumas pessoas que me antecederam, a implantação dos conselhos tutelares e o seu pleno funcionamento podem evitar, no futuro, a construção de mais centros de internação. Ao contrário do que algumas pessoas pensam, que isso pode ser um dinheiro mal empregado ou um dinheiro que não tem um efetivo uso em um primeiro momento, isso é um investimento para o futuro e vai fazer com que haja menos centros de internação. Construir conselhos tutelares é investir na criança e no adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 90, foi um dos grandes avanços em termos de legislação neste País. Eu penso que os conselhos tutelares devem ser fortalecidos. Quanto mais descentralizados, melhor, porque melhor será o seu efetivo funcionamento em prol da população. Então, Sr. Presidente, votarei favoravelmente, porque a importância dos conselhos tutelares na sociedade em que vivemos é algo que precisa ser reconhecido, e cabe a este Poder Legislativo reconhecer isso.

Muito obrigado

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente. Boa-tarde a todos os nobres companheiros desta Mesa, aos nobres pares, à nossa querida imprensa, a todos os parceiros, companheiros, conselheiros que estão na galeria. Hoje, realmente, é uma tarde histórica nesta Casa do povo, nesta Casa de Leis. O Deputado Cláudio Abrantes, a Deputada Erika Kokay estão aqui, pessoas comprometidas com a sociedade, principalmente com o social.

Este projeto de aumento de conselheiros é de suma importância para o Distrito Federal, para suas cidades e para as famílias, Deputado Cláudio Abrantes, porque quanto mais conselheiros, quanto mais companheiros na luta do reajuste social, na luta de observar a família como núcleo da sociedade, mais vantagem para nós. E esta Casa não pode fechar os seus olhos, esta Casa não pode se furtar diante de uma situação dessas. Podem ter certeza de que esta Casa do Povo, hoje, fará justiça e aumentará o número de conselheiros.

Eu sei que não é fácil para vocês, conselheiros, que tiveram a coragem de colocar a cara à tapa, que foram para o embate justo. Vocês foram, ganharam e estão aguardando a oportunidade. Podem ter certeza de que vocês sairão daqui, hoje, fortalecidos, porque, se depender desta Casa, de seus companheiros, serão criados mais 23 conselheiros e vocês serão chamados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Que Deus os abençoe. Essa é uma missão dura, nobre, uma missão maravilhosa, uma missão de trabalhar e de lutar com a dificuldade social. Eu não tenho dúvida de que vocês vão se somar às administrações regionais, às regionais de ensino, à regional de saúde, à segurança pública local e vão fazer um corpo unido para resgatar a família brasileira.

Parabéns a vocês, porque hoje vocês sairão daqui conselheiros do Distrito Federal. Eu estou vendo aqui conselheiros lá da minha querida Planaltina, cidade de 150 anos. Estou vendo pessoas nobres que lutaram, venceram e que, com certeza, mereceram essa conquista e hoje sairão daqui conselheiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente. Dos 5 minutos, usarei apenas 2.

Eu queria, simplesmente, parabenizar todos vocês, conselheiros. Eu queria parabenizá-los pelo brilhante trabalho – que conheço –, como também disse o Deputado Aylton Gomes, eu conheço a tarefa realizada na minha querida Sobradinho e sei da valorização e do trabalho que vocês fazem.

Eu quero estar aqui só para dar o apoio a vocês e dizer que, se tivéssemos, Sr. Presidente, muito mais pessoas como essas que aí estão, com certeza, viveríamos em um mundo muito melhor e com menos crueldade.

Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós estamos, neste exato momento, precisando a redação acerca da discussão do conselho tutelar. Então, proponho que, antes de apreciarmos a votação em primeiro turno, apreciemos o item seguinte. E tão logo o requerimento esteja pronto... Porque nós detectamos um pequeno problema de redação que pode gerar problemas *a posteriori*.

Portanto, estamos ultimando a redação correta, sem nenhum problema, para que, depois, não tenhamos nenhum tipo de questionamento por quem quer que seja ou pelo Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Erika Kokay, acato a solicitação de V.Exa.

As pessoas da galeria podem ficar tranquilas, pois, assim que terminar a redação, colocaremos em processo de votação o item, até porque já houve a discussão. Como há acordo na votação, passemos ao item nº 56.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Item nº 56:

Discussão e votação, em turno único, do Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a indicação do Senhor Antônio Magno Figueira Netto para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, encaminhado pela Mensagem nº 245/2009 (PROC. nº 54/2009).

Item nº 57:

Discussão e votação, em turno único, do parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a indicação do Senhor Odilon Monteiro Frazão para o cargo de Ouvidor da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, encaminhado pela Mensagem nº 219/2009 (PROC. nº 60/2009).

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria aqui fazer uma denúncia: há umas pessoas na sala do café que trabalham com caminhão para a empresa Qualix, que presta serviço ao SLU. Eles estão sem receber, contando o tempo, 12 meses. A empresa, segundo eles, paga um mês, e no outro mês não paga; e ela está recebendo um dinheiro absurdo do SLU.

Deputado Paulo Tadeu, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, infelizmente não ocupo nenhuma presidência, nem vice-presidência de comissão desta casa, mas queria fazer uma provocação a V.Exa.: que nós pudéssemos aprovar a convocação do dono dessa empresa para saber o que ele faz. Ele não paga e diz às pessoas que, se o denunciarem, vai demiti-las e não contratará mais os caminhoneiros.

Essa situação é muito grave, porque essas empresas que trabalham para o SLU ganham muito dinheiro. Por que, então, não pagam aqueles trabalhadores que prestam serviços para elas, deixando-os constrangidos?

Estão aqui o Sr. Josimar, o Sr. Antônio. Outros não vieram, Deputado Paulo Tadeu, porque têm medo de deixar de prestar os serviços para a Qualix. Quer dizer, ela recebe do Governo para prestar um serviço de coleta de lixo nas cidades, mas não paga as pessoas que contrata.

Portanto, eu gostaria de sensibilizar os nobres pares para que aproveemos a convocação – se é que é permitido pelo nosso Regimento – do dono da empresa Qualix, para ele explicar por que ele pega o dinheiro do Governo e não paga a quem ele quarteriza: porque ele já é terceirizado. Ele não está pagando a quarterização.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Sendo assim, Deputado Paulo Tadeu, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, sugiro a V.Exa. que, na sua Comissão, aprovemos um requerimento com o objetivo de chamar essa criatura a esta Casa.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Deputado Paulo Tadeu que responda à indagação do Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, primeiramente sou eu que queria parabenizar o Deputado Rôney Nemer, porque a denúncia que S.Exa. traz é muito séria. Não é qualquer denúncia. Trata-se de algo que envolve a coleta de lixo no Distrito Federal, uma empresa, Deputado Milton Barbosa, que vem recebendo bilhões de reais de um contrato extremamente questionável do ponto de vista da sua legalidade, da sua transparência, e agora com este agravante: os trabalhadores que prestam serviço para essa empresa que presta serviço para o Governo do Distrito Federal estão sem receber recursos.

Eu quero dizer, Deputado Rôney Nemer, que a Comissão de Assuntos Sociais — eu, o Deputado Milton Barbosa, o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Wilson Lima e os demais membros — estará reunida nesta sexta-feira à tarde, quando iremos aprovar, Deputado Milton Barbosa, o requerimento de convocação desse senhor que presta serviço para o Governo do Distrito Federal. Também iremos convidar esses trabalhadores, para que se possa, junto à Comissão de Assuntos Sociais, Deputado Cabo Patrício, esclarecer essa situação vexatória no âmbito da nossa cidade.

Então, quero parabenizar o Deputado Rôney Nemer e já convocar a Comissão de Assuntos Sociais para uma reunião na sexta-feira, à tarde, para discutirmos os temas relacionados ao orçamento da área social para o ano que vem, bem como essa denúncia séria que o Deputado Rôney Nemer traz a este Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para parabenizar o Deputado Rôney Nemer e dizer ao Deputado Paulo Tadeu que quem deveria ser convocado para vir a esta Casa seria o executor do contrato, que deve ser um membro do Governo, porque, se não estão recolhendo os encargos, é porque o contrato não está sendo fiscalizado. É preciso fiscalizar não só esse contrato como outros. Nós não sabemos, nem o trabalhador, se os encargos estão sendo recolhidos, principalmente FGTS e INSS.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Retificando itens chamados anteriormente: o item nº 56 foi por erro de impressão; na verdade, trata-se do item nº 57 e do item nº 58, que são as indicações da ADASA.

Os dois próximos itens tratam da votação de pareceres da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Os referidos pareceres retratam a manifestação favorável da Comissão, que, por 5 votos favoráveis, aprovou a condução do Sr. Antônio Magno Figueira Netto e do Sr. Odilon Monteiro Frazão aos cargos de diretor e ouvidor da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA. Seus nomes foram encaminhados pelas Mensagens do Governador nºs 245 e 219, ambas de 2009, em atendimento ao previsto no art. 16 da Lei nº 4.285, de 2008, que criou a ADASA, pelo qual tanto a indicação quanto a recondução do diretor necessitam da aprovação da Câmara Legislativa.

Feitas essas considerações, quero informar que a votação dos pareceres, obedecendo ao previsto no art. 227 do Regimento Interno, será individual e pelo processo nominal, haja vista que, até a alteração do rito, essa votação era de forma secreta; portanto, com chamada nominal de votantes. Este pronunciamento da Câmara Legislativa será encaminhado ao Sr. Governador, consignando-se o resultado da votação para os fins administrativos que se fazem necessários.

Como há acordo na votação, solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada dos Deputados para a votação dos pareceres aos nomes de Antônio Magno Figueira Netto e Odilon Monteiro Frazão, informando que o voto “sim” aprova o parecer da comissão e, conseqüentemente, os indicados aos cargos, e o voto “não” rejeita o parecer e os indicados.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 11/11/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 1 / 2009

PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____

CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

RECURSO Nº (S) _____

REQUERIMENTO Nº (S) _____

OUTROS PARERE DA CESTMAT NOS PROCESSOS 54/09 e 60/09

VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Jaqueline Roriz e Erika Kokay

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	20			04	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT. 13821.

ASSP/ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis.

Estão aprovados os nomes de Antônio Magno Figueira Netto e Odilon Monteiro Frazão.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria solicitar a V.Exa. que inserisse na pauta, a fim de serem aprovados, o Requerimento nº 1.797, de 2009, e o Requerimento nº 1.881, de 2009, que requerem a realização de audiência pública.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua como itens extrapauta as duas moções de minha autoria que já foram lidas, as de nº 499 e nº 500.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação do Deputado Rogério Ulysses sobre os requerimentos de audiência e também as moções do Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. que, enquanto aguardamos a análise do projeto dos conselhos tutelares, apreciássemos o Projeto de Lei nº 859, de 2008, e o Projeto de Lei nº 1.115, de 2009, que incluem no Calendário Oficial do Distrito Federal os eventos: a Via-Sacra da Ceilândia e a Semana de Educação Física no DF. São dois trabalhos que já estão nas mãos do Deputado Wilson Lima.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 859, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “inclui a Encenação da Paixão de Cristo ao vivo, Via-Sacra, realizada em Ceilândia – RA IX, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.115, de 2009, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “inclui a Semana Distrital da Educação Física



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

e da Qualidade de Vida, a ser comemorada no período de 15 a 21 de abril, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as matérias.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 859, de 2008, que “inclui a Encenação da Paixão de Cristo ao vivo, Via-Sacra, realizada em Ceilândia – RA IX, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal” e ao Projeto de Lei nº 1.115, de 2009, que “inclui a Semana Distrital da Educação Física e da Qualidade de Vida, a ser comemorada no período de 15 a 21 de abril, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”, ambos de autoria do Deputado Rôney Nemer.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer aos dois projetos de lei é pela admissibilidade.

É este o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos Projetos de Lei nºs 859, de 2008, e 1.115, de 2009, está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão os Projetos de Lei nºs 859, de 2008, e 1.115, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem a Câmara Legislativa homenageou, com a entrega do título de Cidadão Honorário de Brasília, o Sr. Shimon Peres, de Israel.

É bom lembrar, apesar de a imprensa não ter divulgado, que a ONU, alguns dias atrás, denunciou que o Governo de Israel, de onde é o homenageado, está impedindo o povo palestino de ter acesso à água, sem contar os demais massacres que o Estado de Israel faz ao povo palestino.

Eu estou dizendo isso para pedir a V.Exa. que coloque em votação o PDL, de minha autoria, que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senador Paulo Paim. Há Parlamentares que já aprovaram 44 PDLs aqui. Eu peço prioridade, porque eu quero fazer essa homenagem a esse senador histórico do nosso País, um lutador pelo povo, pelos trabalhadores deste País. Portanto, eu quero aproveitar, neste momento, para pedir tanto a V.Exa., Deputado Cabo Patrício, quanto ao Presidente, Deputado Leonardo Prudente, que votemos hoje o projeto que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senador Paulo Paim, pois eu gostaria de entregá-lo ainda neste ano a S.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Nós colocaremos seu PDL em votação na sessão plenária ainda hoje, Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que o Deputado Paulo Tadeu tem todo meu apoio, até pela história do Senador Paulo Paim e as contribuições que S.Exa. tem dado ao País e, naturalmente, a Brasília. Então, não tenha dúvida de que o Senador é merecedor desta honraria, assim como o Presidente Shimon Peres também foi merecedor.

Eu quero dizer ao Deputado Paulo Tadeu que eu tenho reservas em relação a concessões de título de Cidadão Honorário de Brasília. Eu tenho a convicção de que, na nova sede... Aliás, não está autorizada ainda nenhuma sessão solene no próximo ano. Faremos, até o final deste ano, uma reunião da Mesa com os Líderes para definirmos, para a nova sede, novos critérios para a concessão de título de Cidadão Honorário, novos critérios para as sessões solenes, pois queremos transformar o nosso auditório num cineteatro e priorizar questões culturais no nosso cineteatro. Portanto, queremos limitar as concessões de sessões solenes e de título de Cidadão Honorário.

Eu quero dizer que foi de grande relevância a concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Presidente Shimon Peres, porque foi S.Exa., junto com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Yasser Arafat e Yitzhak Rabin, que fez a primeira promoção de paz e de união dos povos árabes com o povo judeu.

Shimon Peres vem a Brasília com uma delegação de 50 empresários, que já se encontram em Brasília discutindo com segmentos empresariais a formulação de parcerias, especialmente na área de tecnologia, para aumentar as relações comerciais entre os dois países. Então, é por isso e por outras questões que S.Exa. é merecedor desta honraria, junto com o Deputado Benedito Domingos, o Deputado Bispo Renato e o Deputado Brunelli.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu entendo que esta Casa é uma casa democrática e que aqui há uma pluralidade de idéias. Então, não me cabe contestar o que é fruto da vontade da maioria dos Parlamentares desta Casa. Eu quero apenas deixar claro minha discordância em se considerar Shimon Peres como Cidadão Honorário de Brasília.

Shimon Peres me lembra o que está acontecendo com o povo palestino: refugiado em sua própria pátria. Shimon Peres lembra massacres, como o de Sabra e Chatila e tantos outros. Shimon Peres lembra tantos refugiados que estão em condições sub-humanas. Shimon Peres lembra a necessidade de estarmos aqui apoiando a luta do povo palestino, que encontra nele um escudo cruel e inflexível.

Por isso, Sr. Presidente, não me cabe aqui discordar do título que foi concedido, porque foi vontade desta Casa. Mas me cabe falar da minha opinião acerca de Shimon Peres. Brasília não poderia dar a condição de cidadão honorário à quem tem as mãos, eu diria, com sangue palestino. E aqui eu presto a minha mais profunda solidariedade ao povo palestino, que é uma nação, ainda que não tenha pátria. Quisera tivéssemos esse sentimento de nação que tem o povo palestino.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito que ponha em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.462, item nº 25 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Será colocado em pauta logo após a votação das duas moções que se encontram aqui.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Vamos votá-lo hoje só em primeiro turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Só em primeiro turno. Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas terminar esse assunto abordado pelo Deputado Leonardo Prudente.

Parabenizo S.Exa., o Deputado Cabo Patrício, o Deputado Wilson Lima, o Deputado Milton Barbosa e o Deputado Raimundo Ribeiro, porque não dá mais. Aqui nós somos 24 Parlamentares. Há Parlamentares que ocupam o calendário o ano inteiro. Aqui, quando queremos fazer uma sessão solene ou audiência pública, não temos mais espaço para fazer eventos e outras atividades. Por isso, solicito que haja uma cota para cada Parlamentar. Se o mesmo não utilizar sua cota, é uma coisa. Agora, não dá para um Parlamentar reservar o ano todo, enquanto os outros ficam completamente sem data para fazerem absolutamente nada! Isso não é justo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concordo com V.Exa. É por isso que o Deputado Leonardo Prudente, preocupado com essa situação e olhando a situação de todos os Parlamentares, fará uma reunião para discutirmos critérios para o anfiteatro da nova sede, para priorizarmos essa questão e tratarmos com igualdade todos os Parlamentares.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 499, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 500, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 20 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua na Ordem do Dia o Projeto de Resolução nº 76, de 2009. E, se possível, coloque já em votação o projeto que institui o concurso público para criação da bandeira oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. para que os referidos projetos sejam votados nesta sessão.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero referendar todas as discussões sobre essa questão da cota de sessões solenes e homenagens com títulos de Cidadão Honorário de Brasília. Acho que temos de discutir isso.

Eu nunca apresentei um projeto de decreto legislativo. Estou apresentando o primeiro agora. Solicito que seja incluída, na Ordem do Dia, sessão solene em homenagem ao Maestro Cláudio Cohen, que foi aluno do Maestro Cláudio Santoro e tem todo um histórico na área cultural de Brasília e no Ministério da Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Será colocada em votação nesta sessão e, posteriormente, na sessão extraordinária.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero retornar ao assunto das sessões solenes e das audiências públicas.

É bom que, de fato, se o Deputado Rôney Nemer deixar, regulamente-se isso, porque me parece que existem colegas que já apresentaram propostas até para o ano de 2011 e não sabem se serão reeleitos ou não.

Deputado Leonardo Prudente, para eu andar com a Comissão de Assuntos Sociais em 12 cidades – o Deputado Cabo Patrício participou comigo –, eu tive de tirar do meu bolso. Isso é uma vergonha!

É preciso também estabelecer critérios de importância de atos legislativos. Nós fizemos a comemoração do Dia do Policial Civil. Foi uma fração da Comunicação Social e da TV, porque a outra estava com o Deputado Dr. Charles em outra



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

solenidade que houve aqui. É preciso estabelecer critérios de valoração das atividades. Do jeito que está, é uma esculhambação.

Ao se apresentar uma proposta para o aniversário de uma cidade, já tem 300 propostas na frente. Aliás, há colegas que dominam esta pauta. V.Exa. – tenho certeza – foi eleito conosco para corrigir essas injustiças.

Eu estou andando nas cidades com duas tendas, com o sinete da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que é oficial, e quero o mesmo tratamento que está sendo dado a outras pessoas aqui.

Muito obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, concordo com V.Exa. Logo que assumimos os trabalhos da Mesa Diretora, já tínhamos todo o calendário de 2009 e o de 2010 tomados.

Eu determinei, com a anuência do Plenário, o cancelamento de todas as atividades de 2010. Não há nenhuma atividade autorizada para ser realizada seja de sessão solene, de uso do auditório, de entrega de título, de qualquer coisa para 2010. Apenas mantive o calendário de 2009 porque já tinha sido aprovado e em respeito à Mesa anterior.

V.Exa. tem o meu apreço nesta questão. Reuniremos os Líderes, a Mesa Diretora e tomaremos uma posição em relação ao regulamento, a novas práticas e procedimentos em relação a sessões solenes, títulos de cidadão, audiências públicas, atividades externas, audiências externas que já estamos fazendo.

Eu quero parabenizar o Deputado Paulo Tadeu pela grande audiência pública promovida pela Câmara Legislativa, realizada no domingo, para discutir o programa das ciclovias no Parque da Cidade. Agradeço também à equipe do Cerimonial que trabalhou no domingo. Os funcionários da Casa estão trabalhando em escala de revezamento, aos sábados e aos domingos.

Deputado Milton Barbosa, V.Exa. tem razão, e nós vamos nos posicionar antes de começarem os trabalhos na nova sede da Câmara.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 76, de 2009 que “institui concurso público para a criação da bandeira oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Resolução nº 76, de 2009, que “institui o concurso público para a criação da bandeira oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos por sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 76, de 2009 que “institui concurso público para a criação da bandeira oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos por sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos prontos para votar o projeto dos conselhos tutelares.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Estou só aguardando para atender as pessoas que se encontram na galeria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Nesse sentido, solicito a V.Exa. que aprovemos o destaque para a constituição de projetos em separado referentes aos Projetos de Lei nº 1.425 e nº 1.473. Um diz respeito à LDO e outro se refere à LOA. São 2 projetos. São projetos em separado que vão necessitar de parecer da CEOF.

Em homenagem ao Deputado Rôney Nemer, eu diria que, de toda sorte, Sr. Presidente, precisamos sair daqui, no dia de hoje, com os conselhos tutelares constituídos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato o pedido de V.Exa.

Discussão e votação do pedido de destaque da parte do Anexo IV da Lei nº 4.179, de 2008, referente ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.425, de 2009, e do pedido de destaque da parte do Anexo XX da Lei nº 4.293, de 2008, referente ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1 473, de 2009.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os pedidos de destaque permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os pedidos de destaque estão aprovados com a presença de 20 Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 209 - Suplemento, de 18/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 103ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão dos Projetos de Lei nº 1.474, de 2009, e nº 1.475, de 2009, para aprovação nesta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa., até porque os dois projetos são oriundos do Projeto de Lei nº 1.425, de 2009, e do Projeto de Lei nº 1.473, de 2009, da discussão que houve anteriormente.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.474, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Anexo IV da Lei nº 4.179, de 17 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias de 2009”.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Estou pedindo a palavra há meia hora. É castigo ou...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – V.Exa. poderá usar da palavra, mas antes ouviremos o parecer da Líder para entrarmos no processo de votação. Posteriormente, a solicitação de V.Exa. será acatada.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.474, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Anexo IV da Lei nº 4.179, de 17 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias de 2009”.

A alteração se refere somente a um anexo, que está transcrito junto com a respectiva lei, atendendo às exigências para o caso específico. Portanto, encaminhamos pela aprovação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, aprovamos em primeiro turno o projeto referente à dotação orçamentária e às modificações na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 33 conselhos tutelares. Há o compromisso do Governo de que, com essa aprovação, os 33 conselhos seriam instituídos. Nós já conversamos com a Deputada Jaqueline Roriz, com a Deputada Eurides Brito e, se o Governo não der posse aos 33 conselhos, nós faremos um projeto de lei para que os 33 conselhos sejam instituídos no Distrito Federal. Como há o compromisso de que, na segunda-feira, S.Exa. dará posse, nós vamos aqui testar a palavra do Governo. Caso não dê, vamos fazer um projeto de lei – temos poder para isso – para instituir os 33 conselhos.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é brincadeira! Eu iria fazer apenas uma questão de ordem, mas ouço a Deputada Erika Kokay falar aquilo ali. Desculpe-me, mas é uma falta de respeito com o Democratas, com a Deputada Eurides Brito, que é Líder do Governo, e com todos os Deputados que estão aqui.

Não precisava surgir esse tipo de comentário, porque já está tudo acertado. Todos são a favor da criação dos conselhos tutelares. Ninguém aqui é contra. É brincadeira um depoimento como esse.

A minha questão de ordem vai direto ao Presidente desta Casa, Deputado Leonardo Prudente. Minha questão de ordem é endereçada a V.Exa., que prestou atenção ao depoimento da Deputada Erika Kokay e não prestou atenção ao que eu estou falando. A Deputada Eurides Brito também prestou atenção ao que a Deputada Erika Kokay falou e não prestou atenção no que eu estou falando.

A Deputada Erika Kokay é a coisa mais impressionante nesta Câmara Legislativa. Quando nós estamos fazendo questão de ordem aqui, S.Exa. corre e fica falando lá na frente. Quando outro Deputado diz alguma coisa, S.Exa. corre e fala, quer ocupar todos os espaços

Então, eu vou pedir a atenção de V.Exa., Deputado Leonardo Prudente. Esse título de cidadão honorário foi concedido por V.Exa., pelo Deputado Benedito Domingos e pelo Deputado Brunelli. Confere, Deputado?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Perfeitamente. Deputado Geraldo Naves, a Deputada Eurides Brito, a Deputada Erika Kokay e eu estamos acertando a votação do segundo turno. Esse acerto não é menos importante do que a questão de ordem de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu estou falando sobre a questão do título. Foi uma homenagem de V.Exa., do Deputado Brunelli e do Deputado Benedito Domingos. Não é isso?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – E do Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Certo. E do Deputado Bispo Renato. Deixaram de fora o Deputado Raad Massouh, que é oriundo de lá e veio para Brasília com 1 ano de idade. Nasceu e foi registrado lá. Portanto, gostaria de fazer esse registro. O Deputado Raad Massouh não poderia ter ficado de fora. Pelo menos deveria ter ido lá.

A segunda observação é a respeito do comentário feito pelo Deputado Paulo Tadeu. S. Exa., antes de solicitar que votássemos a concessão do título de Cidadão Honorário ao Senador Paulo Paim, fez referência a Shimon Peres, citando-o lá em Israel. Isso não é necessário. O homem é prêmio Nobel. É uma autoridade maior no sentido paz.

A Câmara Legislativa está de parabéns. Esse título vem mostrar a seriedade e eleva um pouco essa questão de título de Cidadão Honorário.

Eu achei ruim porque, de repente...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Geraldo Naves, conclua a questão de ordem de V.Exa., por gentileza.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu tenho tempo para a minha questão de ordem. Eu já ouvi aqui, na questão de ordem, o Deputado Rôney Nemer, a Deputada Erika Kokay. Todos falaram. Eu só vou concluir, se V.Exa. me permitir.

Não necessita, Deputado, dentro de casa... Olha, estão falando aqui para eu pedir respeito a V.Exa., pois eu sou um Parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – É por isso que V.Exa. está com a palavra, e deve concluir.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Não estou nem acima de V.Exa., nem abaixo. Somos iguais. Está bem?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Conclua a questão de ordem de V.Exa., por gentileza.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu quero parabenizar a Câmara Legislativa e dizer que eu fiquei muito chateado de a imprensa não dizer que foi um título entregue pela Câmara Legislativa. Ela prestigiou o Executivo. Então, eu repudio isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

E quero deixar registrado ao Deputado Paulo Tadeu que não precisa desmerecer o título de Cidadão Honorário concedido a Shimon Peres para pedir o do Senador Paulo Paim, que é tão merecedor quanto Shimon Peres. É justo.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que V.Exa. se atreveu a sentar nesta cadeira, tem de ter paciência, tem que exercitar a paciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O que eu mais tenho é paciência, Deputado Milton Barbosa. V.Exa. pode fazer a sua questão de ordem.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – A minha questão de ordem é somente para deixar registrado que eu estou me ausentando do plenário para ir a Brazlândia em uma atividade legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – V.Exa. não tem paciência para ficar até o final?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Não. Não se trata de paciência. Paciência eu tenho até demais, inclusive de, aqui e ali, aguentar V.Exa. também. Mas eu estou pedindo permissão ao Plenário para praticar uma atividade legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Permissão concedida, Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que votemos o projeto dos auxiliares.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Se V.Exa. aguardar, chamaremos o próximo item da pauta. Em seguida, votaremos o projeto solicitado por V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, este item já foi solicitado. Ele será o próximo item de votação da pauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.475, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "altera o Anexo XX da Lei nº 4.293, de 26 de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

dezembro de 2008, que `estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2009”.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Não, Sr. Presidente. O próximo projeto de pauta acertado para ser votado é o que consta do item nº 25 – Projeto de Lei nº 1.462, que “dispõe sobre a carreira assistência à educação do Distrito Federal”. Esse foi o acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Eurides Brito, na verdade, isso faz parte do acordo do conselho tutelar. Isso ocorreu porque houve o desmembramento em 2 projetos. Os Projetos de Lei nºs 1.425 e 1.473 desmembraram-se em 2 outros: o Projeto de Lei nº 1.474, que foi votado, e o Projeto de Lei nº 1.475, que será apreciado agora. É o mesmo projeto que se refere aos conselhos tutelares.

Depois da apreciação do Projeto de Lei nº 1.475, votaremos o item nº 25, que trata da educação.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1.475, de 2009.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.475, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o anexo XX da Lei nº 4.293, de 26 de dezembro de 2008, que `estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2009”.

O anexo faz alterações no Orçamento para este ano de 2009 a fim de assegurar a instalação dos 33 conselhos tutelares restantes.

Nosso encaminhamento é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 25:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.462, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.462, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

Dentro do critério peculiar à Comissão de analisar todos os pontos referentes ao projeto, somos pela admissibilidade da proposição.

É o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.462, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, somos pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.462, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o projeto é importante porque trata da reestruturação da carreira, reposicionando as funções, as atribuições de todo esse importante efetivo concursado, que também faz educação no Distrito Federal. A educação não se faz apenas com o trabalho do professor, mas também com os auxiliares de educação, com os assistentes de educação e com os analistas de educação, que, neste projeto, passam a ter suas carreiras, seus cargos alterados dentro da proposta que foi intensamente discutida com a liderança da categoria. Fizemos o acompanhamento também, repondo no seu devido lugar, atualizando, valorizando este importante contingente que trabalha no setor educacional.

Somos, portanto, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto e, por sua importância, que hoje o analisemos em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer a V.Exa. que acho fundamental votar. Estou aqui na luta pelo voto, no primeiro turno, desse projeto. Valorizar o servidor, no caso da educação, é valorizar a educação, é valorizar o destinatário do serviço público. Então, é fundamental que votemos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero dizer que estamos aprovando o projeto apenas em primeiro turno. Vamos nos deter, com mais profundidade, ao projeto, aliados à direção sindical, que tem sido absolutamente vigilante no que diz respeito aos interesses da categoria. Na terça-feira, apreciaremos o projeto em segundo turno. É possível que façamos emendas, que, obviamente, iremos discutir, como é de praxe nesta Casa. Estamos aprovando em primeiro turno para acelerar o processo, mas poderemos apresentar emendas no segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 209 - Suplemento, de 18/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 103ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. a inclusão do Requerimento nº 1.891, de 2009, na pauta do dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a questão de ordem de V.Exa., Deputado Wilson Lima, e solicito a leitura dos requerimentos e moções, para que façamos votação em bloco.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.797, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "requer a realização de Audiência Pública, no Auditório do Museu Nacional de Brasília, às 10h30min, no dia 12 de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

outubro de 2009, para debater políticas públicas de combate e prevenção à pedofilia e a criação de programas de acompanhamento às vítimas”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.893, de 2009, que “requer a realização de audiência pública para debate do Projeto de Lei nº 1.127/2009”.

Em discussão os requerimentos em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos estão aprovados com a presença de 18 Deputados.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, “que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senador Paulo Renato Paim”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Cláudio Cohen”.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero congratular-me com meu amigo Deputado Paulo Tadeu pela justa homenagem ao Senador Paulo Paim, um companheiro com quem tivemos o privilégio de conviver por 8 anos na Câmara dos Deputados, um grande defensor da causa trabalhista, um exemplo de dignidade e caráter na política. Um homem que, sem dúvida nenhuma, merece o título. A Casa, votando favoravelmente, sem dúvida nenhuma, fará justiça a um homem digno, um cidadão brasileiro com todos os méritos que se pode dar a uma pessoa. Portanto, congratulo-me com S.Exa. e acho que uma proposta como essa enaltece a nossa Casa.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Benedito Domingos.

Solicito ao Deputado Wilson Lima que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 437 e 439, de 2009.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Cláudio Cohen”, e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2009, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senador Paulo Renato Paim”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Deputado Wilson Lima que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Cláudio Cohen”, e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2009, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senador Paulo Renato Paim”.

No mesmo encaminhamento da CAS, somos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 11 2009	15h30min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão os projetos de decreto legislativo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos de decreto legislativo estão aprovados com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Cláudio Cohen”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2009, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senador Paulo Renato Paim”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

A Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação, em segundo turno, dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 1.474, de 2009; Projeto de Lei nº 1.475, de 2009; Projeto de Lei nº 1.115, de 2009; Projeto de Lei nº 859, de 2008; Projeto de Resolução nº 76, de 2009, e o restante da pauta da sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h58min.)